

# Piauí amplia isenção do IPVA e beneficia mais de 1 milhão

Novas regras incluem motoristas por aplicativo, PCDs e pessoas com TEA

O governo do Piauí ampliou a política de isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), medida que deve beneficiar mais de 1 milhão de veículos a partir de 2027. A ampliação passa a incluir novos públicos, como pessoas com deficiência (PCDs), pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e motoristas por aplicativo, fortalecendo a política estadual de redução da carga tributária para grupos específicos.

Atualmente, no estado, já são contempladas motocicletas de até 170 cilindradas, que somam cerca de 828 mil unidades, além de veículos com 15 anos ou mais de fabricação, que representam aproximadamente 282 mil automóveis isentos do imposto. Essas categorias continuam incluídas na política e representam a maior parte dos beneficiários da isenção vigente.

## Ampliação para novos públicos

Com a nova ampliação, a política passará a abranger esses públicos adicionais a partir do exercício de 2027, conforme determina a legislação tributária, já que mudanças desse tipo só podem produzir efeitos no exercício fiscal seguinte. A expectativa do Governo do Estado é que até 10 mil pessoas com deficiência e pessoas com TEA sejam beneficiadas com a nova medida.



Arquivo Secom

Novas regras incluem motoristas por aplicativo

No caso dos motoristas por aplicativo, a estimativa inicial aponta que entre 1.500 e 2.000 profissionais deverão ser contemplados. Para ter acesso ao benefício, será necessário atender a critérios específicos que ainda estão em fase final de regulamentação, como comprovação de que a atividade é exercida regularmente e que representa a principal fonte de renda do trabalhador. Entre as exigências previstas, estão a comprovação de cadastro ativo em plataformas digitais por determinado período e o cumpri-

mento de um número mínimo de viagens.

A legislação também estabelece limites para o valor dos veículos contemplados. No caso das pessoas com deficiência e pessoas com TEA, o valor máximo do automóvel deverá ser de até R\$ 200 mil, conforme previsto no texto aprovado e sancionado pelo Governo do Estado.

## Direito garantido

Os taxistas continuam com direito à isenção do imposto, conforme regulamentação es-

pecífica já existente. Além deles, outros grupos profissionais e categorias específicas também permanecem contemplados, como caminhoneiros e proprietários de veículos oficiais, reforçando o alcance da política de desoneração fiscal adotada pelo Estado ao longo dos últimos anos.

De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí (Sefaz), os números apresentados até o momento são considerados preliminares, já que a medida entrará em vigor em exercício futuro. Por esse motivo, os crité-

rios detalhados ainda estão sendo consolidados, especialmente no que se refere aos requisitos para motoristas por aplicativo e às condições específicas para pessoas com deficiência e pessoas com TEA.

A ampliação da isenção do IPVA atende a demandas apresentadas por diferentes segmentos da sociedade, especialmente trabalhadores que utilizam o veículo como instrumento de trabalho e famílias que enfrentam custos adicionais relacionados a condições de saúde e mobilidade. A medida também busca reduzir despesas anuais com tributos, contribuindo para o fortalecimento da economia local e para o aumento do poder de compra de parte da população.

## Como acessar

Para acessar o benefício, os interessados devem acompanhar os canais oficiais do Governo do Estado e da Secretaria da Fazenda, onde serão divulgadas as regras completas, prazos para solicitação e orientações necessárias para a adesão ao programa. A expectativa é que a regulamentação detalhada seja publicada antes do início do exercício de 2027, permitindo que os beneficiários se preparem com antecedência para solicitar a isenção. Além disso, o governo orienta que os contribuintes mantenham seus dados atualizados.

## AL recebe voo da Argentina voltado ao público 60+

Expandindo os segmentos turísticos do estado, Alagoas recebeu o primeiro voo da Argentina voltado ao público 60+, com 99% de ocupação. A operação partiu de Buenos Aires com destino ao Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares.

Ao todo, estão previstas seis operações diretas entre a capital argentina e Alagoas, entre abril e maio, fruto de parceria entre a Secretaria de Estado do Turismo de Alagoas (Setur) e a operadora argentina Pedraza.

Anunciada em outubro de 2025, a iniciativa já demonstrava forte adesão: ainda no ano passado, os quatro primeiros voos previstos para a baixa temporada registraram cerca de 80% de ocupação. Segundo o secretário de Estado do Turismo de Alagoas, Paulo Kugelmas, a expansão da malha aérea é resultado de inves-



Lucas Meneses

Ao todo, estão previstas operações diretas entre abril e maio

timentos estratégicos do Governo do Estado.

“A Setur desenvolveu um trabalho consistente de promoção e marketing no mercado argentino, principal emissor de turistas para Alagoas. Aliado a isso, o Governo ampliou a malha aérea

com a conquista de voos diretos, reforçando o compromisso com o desenvolvimento do turismo. Com a parceria com a operadora Pedraza, passamos a atuar em um novo nicho, mostrando que Alagoas é um destino para todos os públicos e idades”, destacou.

## Ações de proteção à fauna na Bahia

A Secretaria do Meio Ambiente da Bahia (Sema) e o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) avançam na execução do Termo de Compromisso Socioambiental (TCSA) Porto Sul com a publicação de dois novos editais voltados à conservação da fauna silvestre na região sul do estado. As chamadas públicas, operacionalizadas pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), contemplam a realização de ações de educação ambiental e a elaboração de diagnóstico para prevenção e enfrentamento de crimes contra a fauna. As propostas devem ser submetidas até o dia 30 de abril de 2026, às 23h59, por meio da Plataforma de compras do Funbio.

As iniciativas integram o conjunto de ações coordenadas pelo Comitê Técnico de

Execução (CTE) no âmbito do TCSA Porto Sul, firmado em agosto de 2019 pelo Governo da Bahia, por meio da Casa Civil, com participação do Ministério Público do Estado da Bahia, do Ministério Público Federal (MPF), da Bahia Mineração S.A. e do município de Ilhéus. O acordo estabelece diretrizes para a gestão ambiental integrada na área de influência do Complexo Portuário e de Serviços Porto Sul. Com foco na preservação da biodiversidade e na promoção do desenvolvimento sustentável, o TCSA estrutura suas ações em sete eixos estratégicos, que incluem planejamento territorial, monitoramento ambiental, avaliação integrada, fortalecimento da fiscalização, consolidação de unidades de conservação, medidas de mitigação e compensação ambiental.